
O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO E GEOESTRATÉGICO
— UMA PERSPECTIVA DA SUA EVOLUÇÃO —

João Carlos de Azevedo de Araújo Geraldes

O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO E GEOESTRATÉGICO

— UMA PERSPECTIVA DA SUA EVOLUÇÃO — (*)

O termo **GEOPOLÍTICA** é, pela primeira vez, conceptualizado em 1916 pelo sueco **RUDOLF KJELLEN**, Professor nas Universidades de **Gu-temburgo** e **Upsala**, como «o estudo dinâmico do Estado, como organismo, num meio geográfico».

Pesem embora as posições antagónicas, representadas pelas correntes «deterministas» e «possibilistas» na teorização do «Poder Nacional» ou a divergência de conclusões sobre o significado da consideração da unidade estratégica do espaço, organizado com base num único ambiente de circulação (da unidade, portanto, das Terras ou dos Mares ou do Ar, como canais de movimento), o conteúdo da Geopolítica não se afastou muito daquele conceito até ao final da II Grande Guerra.

Isto é, em função do conhecimento científico e tecnológico e do quadro dos sistemas de relações internacionais, existentes ou possíveis, num determinado momento histórico, a geopolítica consistiu no equacionamento do espaço geográfico, perspectivado na formação e desenvolvimento do poder dos Estados e da expressão desse poder, isto em ambiente de oposição violenta de interesses.

Sendo meu propósito criar condições para levantar a dúvida sobre o actual significado da análise geopolítica e geoestratégica, é oportuno propor, desde já, algumas interrogações, como ponto de partida para o acompanhamento do processo de formação e desenvolvimento do pensamento geopolítico. Assim:

- Na sua aceção clássica, a Geopolítica e a Geoestratégia constituirão, hoje, «ramos moribundos» do conhecimento, cujo declínio acompanhou o desaparecimento dos «Impérios»?

(*) Exposição feita no Instituto da Defesa Nacional, ao Curso de Defesa Nacional de 1982/83.

- Ou (ainda segundo o seu conceito clássico) se manterão a sua actualidade, pela permanência da «dinâmica imperial», materializada num conflito de vontades (desenvolvido através de confrontos ideológicos, económicos e militares), ao qual o fenómeno tecnológico imprime uma tipologia específica?
- Ou então se, noutro sentido, não terá surgido um novo quadro ambiente, limitativo do desenvolvimento clássico da Política e da Estratégia, no qual, para a interpretação da realidade se torna cada vez mais imprescindível uma permanente atitude de análise de sistemas, assente na operação de modelos concebidos e construídos numa base geográfica?

Neste caso, portanto, a Geopolítica e a Geoestratégia seriam, hoje, mais do que nunca velada e subtilmente utilizadas, seja a nível regional, no âmbito do confronto por Estratégia Indirecta, ou então a nível global, no esforço da manutenção de uma correlação de forças políticas e estratégicas, cuja resultante mantenha a «Paz Nuclear».

De facto, num Mundo em mutação rápida, intensa e constante, no qual o «sentido do espaço» tende a adquirir um significado diferente, mais adaptado a um sentido universalista do comportamento humano, à consciência da escassez, à actual globalização dos fenómenos no Mundo e à interacção sistémica das relações internacionais (às quais a emergência de novos pólos de poder impõe uma dinâmica diferente), parece normal a formulação de interrogações do tipo das que acabei de formular.

Será, pois, para criar o ambiente propício à crítica sobre todo um conhecimento acumulado que procurarei transmitir uma sintética perspectiva de uma evolução, na qual o Homem, à medida que foi dispondo de uma informação mais completa, a utilizou na interpretação do seu ambiente temporal, num esforço de compreensão do seu comportamento e de racionalização das suas atitudes, em função do meio geográfico em que se inseria e se movimentava portanto.

Até à primeira metade do século XX, a teorização geopolítica surge, assim, do processo de integração do conhecimento geográfico e do pensamento político, podendo como tal ser abordada em duas fases⁽¹⁾:

- Uma primeira que, desenvolvendo-se da Antiguidade Clássica aos primórdios da Idade Contemporânea, não ultrapassa o Campo do Estudo das «relações ambientais». Nela se podem procurar, através do diálogo com os «precursores», as raízes do pensamento geopolítico⁽²⁾.
- Uma segunda fase, correspondente à emergência de perspectivas geopolíticas restritas e globais, segundo as quais são teorizados, respectivamente, o «poder nacional» e o «poder mundial».

Um sintético apontamento sobre a primeira fase considerada é importante para referir a influência que o pensamento grego exerceu sobre a formação de toda uma percepção europeia do Mundo.

Os historiadores e filósofos gregos⁽³⁾ utilizaram esquemas climáticos gerais como base para a divisão do Mundo conhecido, olhado do único pólo de poder concebido — o espaço helénico —, perspectiva esta só alterada no século V a. C., quando PLATÃO e ARISTÓTELES aceitam a existência de mais do que um pólo de poder. É o equacionamento da «posição geográfica» que conduz estes pensadores a adoptarem, respectivamente, a defesa da «epiocracia» e da «talassocracia», o fundamento teórico, portanto, da oposição entre as expressões terrestres e marítimas do Poder.

O pensamento grego lega-nos uma preocupação de concluir sobre a influência do meio físico, do clima e da conjugação destes elementos, sobre o Homem, a Sociedade Política e sobre a expressão do seu poder. Porém, das conclusões que retiram acerca das relações entre o território e as populações, das vantagens e inconvenientes da «posição» e das estruturas sociais e políticas existentes, verifica-se que foram movidos mais pela necessidade de se conhecerem a si próprios do que por qualquer sentido de natureza prospectiva. Assim, com excepção de ESTRABÃO que,

(1) Figura 1.

(2) Esta fase é decomponível em três ciclos: da Grécia Antiga ao final da Idade Média, do Renascimento aos primórdios do século XVIII, e deste ao final da primeira metade do século XIX.

(3) Figura 2.

no século I a. C., alude à supremacia política de Roma, a qual atribui à «posição central» que ocupava na Península Itálica, jamais se referiram, em antecipação, a quaisquer dos fenómenos que tão profundamente marcaram a Antiguidade Clássica.

A contribuição romana, neste domínio, pode resumir-se à construção de esquemas funcionais de interpretação do Império. Surgem, assim, concepções como a de PLÍNIO «O VELHO» (século I a. C.) em que refere os «anéis do império» — um «exterior», assente na circulação terrestre, e outro «interior», correspondente ao Mediterrâneo, cujo completo controlo proporcionou a Roma um pólo interior de base marítima.

Findo o iato conceptual que, neste domínio, a Idade Média representou, assiste-se a um ressurgimento da riqueza espiritual e cultural de tradição grega — É o Renascimento e com ele uma mais consistente visão interpretativa do Mundo. As descobertas marítimas, enfim Portugal dos séculos XV e XVI, viabilizam o alargamento do espaço acessível ao Homem europeu, constituindo a condição de possibilidades para o contacto entre culturas diversas e para a tomada de consciência da importância do conhecimento da diversidade do espaço. Ponto de partida, pois, para a expansão da Europa e para o alargamento das relações comerciais, a epopeia marítima portuguesa traduziu-se no reavivar das especulações acerca das relações entre o Homem e a Natureza e entre o meio geográfico e a política.

Porém, para além de alguns conceitos, como o hemisférico, centrado no Atlântico, os pensadores não sistematizam, ainda, os seus raciocínios, com base em factores geográficos, pesem embora os contributos de MAQUIAVEL e de BODIN (século XVI) ⁽⁴⁾. Este último foi, aliás, o primeiro tratadista a estabelecer as diferenças entre os lugares, com base nos diversos elementos de natureza geográfica.

Será, pois, somente a partir do século XVI que a Política passará a dispor de concepções espaciais mais precisas, manifestando-se o desenvolvimento científico da Geografia como uma função imprescindível à construção do Poder dos estados. Surgem conceitos como os de «Fronteiras Naturais» que RICHELIEU (1585-1642) ⁽⁵⁾ traduz em prática política, e com o Tratado de WESTEFÁLIA (1648) são aceites, na Europa,

⁽⁴⁾ Figura 2.

⁽⁵⁾ Figura 2.

princípios de demarcação dos Estados, com o que o «território» passa, definitivamente, a entrar no jogo político. Paralelamente, o desenvolvimento das grandes empresas de colonização faz com que o comércio se afirme como factor fundamental das relações internacionais, o que avultará a consciência da importância da circulação.

Uma tal dinâmica vem a traduzir-se, no século XVIII, por um mais íntimo relacionamento entre a Geografia, a Política e a Estratégia, orientado, então, para a racionalização dos sistemas políticos, do comércio e da economia, e tendo por objecto a afirmação do Estado. É o período histórico em que, ao conhecimento das condições físicas e biológicas dos lugares, vem juntar-se a observação dos modos de vida, dos regimes e dos costumes — a Europa revê-se em si própria e tudo se conjuga na afirmação das raças setentrionais do Globo.

No início do século aparecem em França obras que podem já ser consideradas como um primeiro ensaio da Geografia Política e da Geografia Económica. Entre elas cita-se a do Marechal VAUBAN⁽⁶⁾, onde é procurada a concretização das relações nascentes entre a Geografia, a Política e a Estratégia. Nela, o seu autor faz ressaltar a importância da base facultada pela Geografia Física e Humana na criação do Poder, logo na consecução dos fins do Estado. MONTESQUIEU⁽⁷⁾, por seu turno, deixa reflectir a preocupação então atribuída à diversidade do espaço e a toda a complexidade de relações que a podem determinar, numa procura da influência dos factores geográficos sobre o Homem e sobre os Sistemas Políticos.

Com o cair do século XVIII era já constatável uma tendência no sentido de um determinismo geográfico, indutor da explicação do comportamento dos povos e da sua política, através do estabelecimento de relações com os dados da História Natural.

Em França, o economista TURGOT (1727-1791) «incita os espíritos a aplicar as leis naturais às relações entre a Geografia e a Política».

É o século XIX, espaço charneira do pensamento geopolítico, que nos encontra na História Natural, maravilhado perante a diversidade revelada pela Geografia Física e Humana, adopta, na sequência de toda uma ati-

⁽⁶⁾ Figura 2.

⁽⁷⁾ Figura 2.

tude racionalista, posições interpretativas enquadradas por correntes de pensamento positivistas e idealistas.

É o século XIX, espaço charneira do pensamento geopolítico, que nos surge com toda uma pujança, alicerçada no ideário da Revolução Francesa, alimentada por adversidades de consequências profundas (como as guerras político-religiosas europeias, do século anterior) e capacitada, também, pela evolução científico-tecnológica materializada na Revolução Industrial — momento, pois, do científico, dos ideais revolucionários (bem expressos, aliás, nas independências no continente Americano), do culto pelo povo e pela natureza.

Neste ambiente, o vasto espaço centro-europeu, teatro de confronto entre os impérios continentais que o poder marítimo inglês alimentava, procura, através de sentimentos próprios, a sua identidade no sistema de relações europeu.

É neste quadro que se destacam, na Alemanha, pensadores como⁽⁸⁾:

HERDER (1744-1803), que afirma a História como determinada pelo «Solo» e pelo «Homem» e que desenvolve a teoria do «Estado Natural, ente superior a todas as construções humanas»;

HUMBOLDT (1769-1859), fundador da moderna Geografia que estabelece conceitos sobre a unidade da natureza e sobre as relações recíprocas entre o Homem e o Estado, e entre estes e o ambiente natural;

RITTER (1779-1859) que, com base no evolucionismo de DARWIN, estabelece relações entre o «ambiente», o «Homem», as «Culturas» e as «Civilizações», concluindo por um sistema hierarquizado de divisões regionais do Globo e pela transferência da liderança do Mundo da Europa para a América; a propósito desta concepção refiro GUYOT que, mais tarde (em 1894), a virá a desenvolver e completar, apresentando o Mundo constituído por três mundos duplos, formados por associações de continentes com a liderança nos continentes do Norte, lançando, assim, as bases para a divisão do Mundo em zonas meridiânicas de influência⁽⁹⁾.

⁽⁸⁾ Figura 2.

⁽⁹⁾ Neste autor, emerge a noção de sobrevivência de uma cultura ligada à expansão pela conquista de espaço e o conceito de unidade dos mares — «o Oceano como grande via do Mundo».

É, portanto, o momento em que o pensamento europeu admite as possibilidades conferidas pelos grandes espaços transoceânicos e olha a América do Norte como potencial fonte emanadora de Poder e, ainda, os oceanos como a grande artéria do Mundo, meio onde fluem e refluem as manifestações de Poder.

O Homem, consciente do grau de conhecimento alcançado acerca do ambiente natural e da sua inter-relação com a sociedade política, procura, agora, um sentido utilitário, num esforço de teorização e de otimização do «Poder Nacional».

Entramos, pois, no que designei por Segunda Fase do conhecimento Geopolítico⁽¹⁰⁾.

No país de KANT, FICHTE, HEGEL e SCHOPENHAUER, bem como de HUMBOLDT e RITTER, não é de estranhar que o forte esteio no pensamento filosófico e nas Ciências Naturais conduzissem FRIEDERICH RATZEL (1840-1904) (que foi o criador da moderna Geografia Política⁽¹¹⁾) à teorização do comportamento humano, como uma expressão da associação do «Homem» em potências políticas, isto em função do meio físico que designou por «Solo». O «Estado» ressalta assim, neste autor, como uma «comunidade humana e um pedaço de solo» que apresenta dois elementos preponderantes: o «espaço» e a «posição». A partir destes pressupostos o autor constrói a sua interpretação: o «Homem», principal componente do Estado, actua sobre o «espaço» (que constitui uma posição de partida, cuja singularidade lhe é conferida pela «posição»), organizando-o segundo o que designou por «sentido do espaço». O desenvolvimento da sua teoria condu-lo ao estabelecimento de «Leis do crescimento territorial do Estado», onde as «Fronteiras» surgem como o «órgão» periférico do Estado representativo da sua vitalidade e dinamismo no alcançar do «espaço vital» necessário à formação e desenvolvimento de um ser político, forte e respeitado⁽¹²⁾. Daqui a noção de «selecção natural», aplicável aos Estados (considerados como entes orgânicos) que, no autor, mais parece constituir um recurso à imagem de existência biológica, tão em voga na época.

⁽¹⁰⁾ Figura 1.

⁽¹¹⁾ Figura 2.

⁽¹²⁾ No autor surge uma clara correspondência entre «poder mundial» e a inevitabilidade de uma presença intervencionista nas áreas de conflito ou de crise.

RATZEL, embora reconheça o Mar como «elemento unificador da cultura humana», logo como fonte de poder, pronuncia-se pela superioridade das condições oferecidas pelos grandes espaços continentais, portanto pela preponderância da expressão terrestre do poder.

Como seu grande continuador⁽¹³⁾ cito o sueco RUDOLF KJELLEN (1864-1922), autor também inspirado nos filósofos alemães do século XIX, particularmente na noção de «nação individualidade» de HEGEL. Criador do termo Geopolítica, estabeleceu o relacionamento directo entre o Estado, «ser vital supraindividual», e o ambiente natural.

No processo de evolução do Estado considerou:

Três factores endógenos — o Povo, a Estrutura e o Governo, cujos estudos designou, respectivamente, por Demopolítica, Sociopolítica e Craptopolítica.

E dois factores exógenos — o Património, cujo estudo designou por Ecopolítica e o Território, ao estudo do qual atribuiu a designação de Geopolítica.

Ao imprimir um sentido organicista à noção de Estado de RATZEL destrinça, naturalmente, a Geografia Política da Geopolítica⁽¹⁴⁾.

Pese embora o facto de ter reconhecido a «Sociedade das Nações» como um embrião de uma tendência para o «Estado Universal» e o papel harmonizador das pequenas potências nesse processo de universalização, admitiu uma hierarquia entre os Estados, na qual as Grandes Potências constituíam uma casta superior como privilégios indefinidos, o que justificava a variabilidade das suas fronteiras num sentido expansionista que o seu «espaço vital» exigia⁽¹⁵⁾ — a este propósito, sublinha a particular apetência da raça germânica para impor os seus direitos naturais.

Em contraste com as teorias «deterministas» (cujo conteúdo se aflo-rou), os pensadores franceses do final do século XIX, princípio do século XX, naturalmente alicerçados no «positivismo» de LAMARK e de

⁽¹³⁾ Figura 2.

⁽¹⁴⁾ Geografia Política — estudo da dinâmica do Estado, como organismo num meio geográfico.

Geopolítica — estudo da Terra, enquanto morada dos povoadores humanos, nas suas relações com as demais propriedades da Terra.

⁽¹⁵⁾ A História Política, particularmente a da Idade Moderna e Contemporânea, é, para o autor, a história das grandes potências.

AUGUST COMPTE, consideram o Estado como «uma unidade nacional e cultural, cujas actividades resultam da consciência colectiva dos cidadãos». Coerentemente, admitem o ambiente físico como apresentando ao livre arbítrio do Homem um certo número de possibilidades materializáveis no «fundamento da existência nacional», entendível, pois, como uma resultante de forças morais e espirituais.

LA BLACHE (1813-1918), fundador da Escola Possibilista francesa⁽¹⁶⁾, utiliza num todo complexo as componentes física, humana, económica e política da Geografia para conceber o Estado como «um agrupamento de regionalismos geográficos justapostos por um interesse político comum», donde a actividade humana se sobrepõe aos simples condicionalismos naturais que mais não são, para o autor, do que uma condição de possibilidade. Neste sentido, introduz na análise geopolítica o «tempo» e, portanto, a «História».

No desenvolvimento da sua teoria considera que, no muito fluido relacionamento entre a Geografia, a História e os Estados, o elemento mais estável seria o que designou por «princípios de civilização» orientadores da escolha sobre as opções proporcionadas pela natureza. Nesta perspectiva faz intervir factores de evolução, com particular relevo para a «circulação», chegando a uma divisão cultural do Mundo em «Zonas de civilização»⁽¹⁷⁾.

Entre os seus mais imediatos continuadores cito JEAN BRUGNES⁽¹⁸⁾, autor que, em certa medida, procurou a síntese entre o possibilismo e o determinismo. Este autor, na caracterização do Estado, para além da consideração do «Homem» e do «Solo», introduziu um novo elemento: a «Água».

Na sua interpretação surge ainda a noção de «fronteira de segurança» (no sentido de «rayonner au loin»), noção esta decorrente da consideração da «fronteira», para além do «espaço» e de «posição», como imperativo geográfico de um conjunto político.

Abordadas que foram as «perspectivas restritas», objectivadas na teorização do «Poder Nacional», é chegada a oportunidade de apresentar

⁽¹⁶⁾ Figura 2.

⁽¹⁷⁾ Nega, assim, o determinismo racionalista de RATZEL, baseado nos impulsos biológicos, optando pelo possibilismo positivista, fundamentado no ambiente civilizacional.

⁽¹⁸⁾ Figura 2.

as «Perspectivas Globais», teorias estas que perspectivam a dinâmica do «Poder Mundial» ⁽¹⁹⁾.

Do ponto de vista científico dois factores concorreram para o alargamento do âmbito das concepções geopolíticas a esquemas construídos à escala global: por um lado o desenvolvimento da Geografia Moderna (HUMBOLDT), por outro o interesse manifestado pela Geografia Política (RATZEL) no Poder Nacional, o que, inclusivamente, conduziu à teorização de uma nova área — a Geopolítica (KJELLEN).

Do ponto de vista ambiental, deve olhar-se à amplitude assumida pela circulação, decorrente do desenvolvimento dos espaços coloniais (que no século XIX trouxera para um primeiro plano a África e a Ásia) e a consequente intensificação do tráfego comercial, através das rotas marítimas que ligavam estes Continentes à Europa e à América do Norte.

As perspectivas globais vêm, assim, pôr em relevo o significado de esquemas de distribuição de terras e das faixas de circulação que as unem, estabelecendo o relacionamento entre áreas geográficas e fontes geradoras de poder.

Até ao final da II Grande Guerra o discurso assentará, pois, numa premissa comumente aceite — a da indivisibilidade de cada uma das áreas de movimento (marítima, terrestre e aérea) —, conceito que esteve na origem de cada uma das três teorias que se manifestaram pela defesa da supremacia das expressões, respectivamente marítima, terrestre e aérea do poder ⁽²⁰⁾.

O primeiro analista geopolítico que nos transmite uma visão global é o Almirante americano ALFRED THAYER MAHAN. Contemporâneo de RATZEL, publica as suas cinco principais obras entre 1890 e 1905; destas, só a última é, como veremos, posterior à divulgação da primeira teoria de MACKINDER ⁽²¹⁾.

MAHAN desenvolve uma análise histórica, de natureza utilitária, focada na Grã-Bretanha, como tal estreitamente ligada ao mercantilismo do século XVIII, ao comércio, à frota mercante, à marinha de guerra e às colónias.

Da conjugação desta análise com uma outra de natureza estratégica,

⁽¹⁹⁾ Figura 1.

⁽²⁰⁾ Figura 3.

⁽²¹⁾ Figura 3.

centrada na Eurásia, conclui que o domínio do mar ($7/10$ da superfície do Globo) resulta de um somatório de forças, factores, instrumentos e circunstâncias de natureza geográfica, e do exercício do «Poder Marítimo», ou seja, «do poder transportado pelo mar», em sua opinião só possível com o concurso de bases externas, factor de possibilidade para o necessário «domínio do mar».

Chama então a atenção para que a «chave do poder mundial» se encontra no Hemisfério Norte, onde a mais importante componente é a Eurásia, espaço onde a Rússia constitui o poder dominante — na sua expressão «vasta e ininterrupta massa, cujo centro não pode ser quebrado». Possuindo este pólo emanador de poder uma natural aptidão para a periferia da Eurásia, sublinha que a faixa de latitude entre os 30° e os 40° Norte constitui uma zona de instabilidade onde, no confronto entre o «poder marítimo» e o «poder terrestre», se manifestavam as vantagens da circulação marítima em relação à terrestre. Neste sentido aconselhava uma aliança anglo-americana, a qual estaria apta a exercer o necessário esforço de contenção, tirando partido de bases localizadas na periferia da Eurásia. A este propósito concluiu ainda que um dia viria em que a Inglaterra, a Alemanha, o Japão e os EUA encontrariam uma causa comum para conter a Rússia e controlar a China.

Porque pretendia que a sua obra constituísse um guia para a nação americana, MAHAN emitiu a opinião de que, podendo o seu país ser considerado, do ponto de vista geográfico, como uma ilha, seria aconselhável que os seus governantes dessem atenção às fronteiras marítimas. Nesta perspectiva advogou a posse das ilhas Hawai, o controlo das Caraíbas e a consruição de um canal, na América Central, para ligação do Atlântico ao Pacífico — manifestava, assim, a preocupação de que a capacidade dos seus governantes se orientasse no sentido de fazer «acordar» uma «vocalção marítima» que entendia ser intrínseca à nação americana.

Do ponto de vista conceptual a sua interpretação pode ser considerada como precursora da «Ilha Mundial» de MACKINDER, e as suas conclusões bastante próximas das que, mais tarde, SPYKMAN virá a expressar. Do ponto de vista prático, a sua teoria apoiou, num período em que o colonialismo imperava, os propósitos expansionistas das Grandes Potências — nos EUA contribuíram para o afastamento do isolacionismo e na Alemanha justificaram o seu reequipamento naval.

É chegada a altura de procurar sintetizar o pensamento do geógrafo, professor da Universidade de Oxford, HALDORF MACKINDER ⁽²²⁾, teorizador das condições de possibilidade da maior potência continental — a Rússia.

O ambiente político, que constitui o cenário da sua elaboração mental, caracteriza-se por uma Europa no auge dos imperialismos, cujas tensões se repercutiam do Alto Nilo ao extremo Meridional da África e do coração da Europa ao Extremo Oriente; no Novo Mundo os EUA impunham os seus interesses nas Antilhas e no Pacífico Oriental, conseguindo a possibilidade de vir a balancear forças entre o Atlântico e o Pacífico, através da América Central.

Não é, pois, de estranhar que MACKINDER pressentisse nessa aurora do século XX o final de uma época histórica, adequado a um esforço de reflexão sobre a evolução futura, em cuja dinâmica o Império Russo lhe surgia como figura central, já que o equilíbrio europeu dependia do seu posicionamento num sistema de relações, onde a Inglaterra e a Alemanha procuravam uma resultante hegemónica.

É, pois, no envolvimento proporcionado por este quadro ambiente que o autor expõe, em 1904, uma análise histórica com intenção geopolítica, centrada sobre a Rússia, na qual a civilização europeia ressalta como o resultado da luta secular contra a invasão asiática.

Desta análise emerge uma caracterização da Eurásia (conjunto geográfico base desta sua primeira teoria) em termos espaciais, onde sublinha aspectos religiosos e de efectivos populacionais, concluindo sobre o que, do ponto de vista de circulação, nela era acessível, ou não, aos marinhos.

Efectivamente, ao admitir o conceito de unidade e continuidade do Oceano que «rodeia as terras divididas e as insulares» (o que considera ser a «condição geográfica da unidade no comando do mar») conclui sobre a existência de zonas fora da influência do poder marítimo (espaços interiores, onde a expansão russa para Leste facultaria a criação de áreas economicamente independentes) e de outras zonas fora da influência do poder terrestre.

(22) Figura 3.

Neste sentido deduz, então, a persistência de algumas regiões geográficas que conceitua e delimita:

- A «Área Pivotal» (até ao rio Lena) — à qual a repartição das terras e dos mares conferia uma nítida vantagem, no confronto entre as expressões terrestres e marítimas do poder (obstada, de momento, pelo facto de a Rússia não dispor de um poder equivalente ao dos Estados periféricos).
- O «Crescente Interior» — conjunto limítrofe da «Área Pivotal», integrando quatro regiões costeiras, coincidentes com as esferas de influência do Budismo, Bramanismo, Maometanismo e Cristianismo, cujo significado diferencia — as terras das Monções (das vertentes do Pacífico e do Índico) e a Europa Atlântica, conjunto que incorporava $\frac{2}{3}$ da população mundial, e a «Terra dos cinco Mares», cujo papel separador, no prolongamento da faixa desértica do Sahará, sublinhou.
- O «Crescente Exterior» — correspondente a um anel de bases exteriores ou insulares, no qual englobou a Grã-Bretanha, o Canadá e os EUA, a África do Sul, a Austrália e o Japão.

Na sua condição de inglês adverte então o Poder Marítimo — a Grã-Bretanha — para a insuficiência da sua posição insular, face às possibilidades abertas ao Poder Terrestre, no caso de a «Área Pivotal» vir a estender-se para os Impérios Centrais (possibilidade da renovação da Aliança Germano-Austro-Russa). Desta forma chamava a atenção para o real significado da Europa Central, como reforço do significado da «Área Pivotal», particularmente, pela possibilidade de lhe viabilizar o acesso a mares quentes.

Deste seu modelo de interpretação ressalta ainda:

- Os EUA como factor de influência indirecta no equilíbrio europeu, pois que, como potência oriental futura, o afectaria através da Rússia.
- O Próximo, Médio e Extremo Oriente, como respeitantes ao equilíbrio instável dos poderes.
- A China como ameaça à liberdade do Mundo se, com o auxílio do Japão, atingisse a destruição do Império Russo.

Quinze anos se passam até que MACKINDER reformule a sua primeira interpretação com a publicação, em 1919, da sua fundamental obra «DEMOCRATIC IDEALS AND REALITY».

A Guerra de 14-18 significara, no essencial:

- O afundamento dos Impérios Centrais e o consequente vazio político no centro da Europa.
- O fim do domínio turco sobre as províncias árabes o que implicava o reequacionamento político da área.
- O desaparecimento do Império dos Czar e a sua reformulação na URSS, em 1917, isolada agora pelos seus antigos aliados.
- A intervenção norte-americana na Europa, o internacionalismo do Presidente WILSON, um definitivo voltar de olhos, portanto, da Europa para a América do Norte.
- A Sociedade das Nações, ou seja, uma proposta de esforço concertado para o diálogo internacional.

MACKINDER procura, então, influenciar a reorganização do espaço político europeu e a repartição do Mundo que a Paz de Versailles negociava.

A consideração, de MAHAN, dos EUA serem considerados como uma «ilha», MACKINDER contrapõe uma outra realidade física — a Ilha Mundial (conjunto Euro-Afro-Asiático com $\frac{1}{6}$ da superfície terrestre contra $\frac{1}{12}$ do restante das terras emersas que, como tal, mais não representavam do que satélites do Velho Continente).

MACKINDER completa esta ideia, apontando a tendência para a unidade deste conjunto, no qual distingue:

- O «Heartland», área inacessível à navegação que ocupa a maior parte de duas regiões geográficas, cujo significado realça:
 - A «Great Lowland»: a mais extensa planície do Mundo (Sibéria Ocidental, Turquestão e Vale do Volga);
 - A «Great Tableland»: as zonas de altiplanície da Pérsia, do Afeganistão e do Baluchistão.
- O «Sahará e a Arábia», elemento dissociador que, com o Heartland, constitui todo um espaço inacessível aos povos marítimos.
- O «Heartland do Sul», grande promontório africano ao Sul do Sahará,

então área colonial na sua quase totalidade, mas cuja importância futura o autor prevê.

— As «Coastlands», integrando a Ásia das Monções e as Penínsulas e Ilhas europeias, atlânticas e mediterrânicas.

Neste conjunto estabelece particulares relações de ligação do «Heartland do Norte» o mar Negro e o mar Báltico, regiões que o «Poder Europa. Este relacionamento é reforçado com as conclusões de uma análise estratégica que desenvolve, as quais o conduzem a integrar no «Heartland do Norte» o mar Negro e o mar Báltico, regiões que o «Poder Terrestre» poderia facilmente controlar. A conjugação destas conclusões com a de que o Poder Terrestre detinha, em relação ao Poder Marítimo, uma maior apetência para fechar a região do Suez, leva-o a incluir no «Heartland do Norte» a Europa Oriental. Coerentemente propõe, então, a divisão da Europa Central e Oriental em três sistemas de Estados, interpondo um (do mar Báltico ao Mediterrâneo), entre a Alemanha e a URSS, como elemento dissociador dos dois elementos essenciais de «Heartland do Norte» — a área da mobilidade e a fonte de poder.

Em síntese, ao chamar a atenção para a importância crítica da Europa Oriental, e embora referindo que o «Heartland» não era inacessível ao «Poder Aéreo» recentemente revelado como tal, insiste em advertir o «Mundo Livre» sobre o perigo que adviria da formação de um «poder epirocrático» com base do «Heartland» — a possibilidade da Alemanha se impor à Rússia — perigo que resume na expressão:

- « — Quem controlar a Europa de Leste, comanda o Heartland
- Quem controlar o Heartland, comanda a Ilha Mundial
- Quem controlar a Ilha Mundial, comanda o Mundo.»

Quarenta anos após a apresentação da sua primeira teoria, ou seja, em 1943, MACKINDER, respondendo a interrogações que lhe foram postas, reafirma as bases físicas do seu modelo de interpretação, ou seja, a «Ilha Mundial» e o «Heartland», embora adapte o seu conceito à realidade dos últimos anos da Guerra.

Recorda, então, a correspondência entre os significados temporais da abertura à possibilidade da actuação europeia por linhas exteriores, utilizando o Mar como canal de movimento, e a possibilidade de actuação, por linhas interiores, nos vastos espaços asiáticos.

É, pois, em função da circulação que reformula o seu conceito de «Heartland», dele extraindo a «Lenalândia»⁽²³⁾, região que inclui num «Manto de Espaços Vazios» que, como um «Cinturão», rodeia o Pólo Norte (do Sahará, passando pelas regiões desérticas do Médio Oriente e da Ásia, Alasca, escudo florestado do Canadá e fechando-se na faixa subártica Oeste dos EUA). Este «cinturão» englobaria, então, no seu interior, duas regiões com idêntico significado: o «Heartland» e a «Bacia do Oceano Central» (o Atlântico Norte).

Fora deste cinturão considera o «Grande Oceano» (Atlântico Sul, o Índico e o Pacífico) e as terras que para ele drenam, com particular relevo para o significado das terras das monções da Índia e da China que, em sua opinião, uma vez desenvolvidas, poderiam vir a equilibrar o espaço compreendido entre o Missouri e o Yenisey.

Conclui então que, se a URSS vencesse a Alemanha, aquela se tornaria a maior potência terrestre do Globo, detentora da mais forte posição defensiva, facto não afectado pelas alterações resultantes da expressão do Poder Aéreo.

Nesta conformidade não preconiza o «desaparecimento» da Alemanha, mas aponta para uma função bivalente na relação de forças na Europa e no Mundo:

- Por um lado, a Alemanha como tampão, entre o Poder Terrestre soviético e o Poder Marítimo Ocidental; este, assente numa aliança permanente entre os EUA (a defesa em profundidade), a Inglaterra a fortaleza avançada) e a França (a defensável cabeça de Ponte)
- ao sublinhar aqui, pois, a necessidade do poder naval se converter em anfíbio, reconhece, ainda que não explicitamente, a evolução tendencial para um conceito integrado dos diversos canais de movimento.
- Por outro lado, a Alemanha contida em duas frentes: o Poder Terrestre a Oriente e o Poder Marítimo a Ocidente.

MACKINDER, ao chamar a atenção para a importância crescente das regiões das florestas tropicais da América do Sul e da África, e, como já foi referido, para as terras das monções, revela o Hemisfério

⁽²³⁾ Figura 4.

Sul como uma realidade futura. Daqui se poderia inferir a consideração da possibilidade da emergência de pólos de poder com influência na Hegemonia do Norte.

Porque surge entre as 2.^a e 3.^a teorias de MACKINDER é interessante abordar o fundamento teórico utilizado pela Alemanha como justificação para a sua política de expansão para a Europa Oriental — a região crítica apontada por MACKINDER.

Fá-lo-ei com base numa breve referência a HAUSHOFER e à ESCOLA DE MUNIQUE ⁽²⁴⁾.

Na evolução desta Escola podem considerar-se três fases distintas pelo seu significado.

A primeira, de natureza científica e utilitária, entre 1923-1933 (ou seja até à subida de Hitler ao Poder).

A segunda, de natureza propagandística, de 1933 a 1936, já sob a influência do partido nacional-socialista alemão.

A terceira, de 1936 até à derrota da Alemanha, como instrumento ideológico do nazismo.

Por razões de objectividade referirei, apenas, o primeiro período.

O Estado é, por HAUSHOFER, considerado como um «organismo vivo» que integra os «elementos fundamentais» de RATZEL e as «características essenciais atribuídas por KJELLEN.

Associa, assim:

Ao Sangue — a Raça e a Sociedade;

Ao Solo — o Meio e a Economia,

sintetizando na fórmula «Sangue e Solo» a «comunidade vital indissociável» que considera existir entre o Homem e o Ambiente Geográfico. Neste sentido, o «Governo» assume, na sua acepção, a representação concreta do conceito de Estado.

O biologismo orgânico de raiz Kantiana condu-lo, pois, à posição expansionista, implícita na sua formulação do «espaço vital», cujas «fronteiras» assumem um significado natural, resultante da dinâmica de penetração cultural sobre os espaços geográficos exteriores ao núcleo emissor.

⁽²⁴⁾ Figura 3.

Assente neste conceito, a «autarquia económica» (figura surgida no final da I Grande Guerra como necessidade derivada da evolução do fenómeno Guerra — na expressão de LUDENDORFF, própria da situação de «fortaleza sitiada» inerente a uma Nação no início de uma Guerra Total) transforma-se, com HAUSHOFER, numa «economia de defesa», variante da «economia de guerra», alcançável como KURT HESS definiu «pela coincidência estrutural e organizativa do princípio director da economia em tempo de Paz e em tempo de Guerra».

A ampliação, como uma motivação hegemónica, das ideias político-económicas da Escola Alemã ao espaço Mundial conduziu a um processo de base científica (fundamentada em conclusões de autores como ARTHUR DIX (1921) e WALTHER SCHMIDT (1926-1936) sobre a classificação dos Estados numa base económica e sobre a função das nações industrializadas como motoras de conjuntos geoeconómicos), processo esse em que os Estados gigantes, únicos capazes de assegurar a Ordem Mundial, teriam de bastar-se através de uma auto-suficiência de recursos, conferida pelo controlo ou conquista das «Pan-Regiões».

Conclui, desta forma, pela divisão do Mundo em vastos espaços orientados no sentido dos meridianos, por forma a que cada um dispusesse de recursos materiais e humanos e de acesso ao mar ⁽²⁵⁾:

- A PAN-AMÉRICA — cuja função directora caberia aos EUA.
- A PAN-EURÁFRICA — sob a hegemonia alemã (incluía a Arábia e parte do Irão).
- A PAN-RÚSSIA — eventualmente considerada sob a influência da URSS (incluía parte do Irão e a Índia).
- A PAN-ÁSIA ORIENTAL — mais tarde designada pela potência dominante — o Japão — ÁREA DE CO-PROSPERIDADE DA GRANDE ÁSIA.

Como resultante da sua interpretação, em que a URSS era considerada como asiática, a Europa Oriental passava a constituir uma condição de impulso para as ambições alemãs na Eurásia, uma vez que a sua unificação, sob a influência germânica, corresponderia a um deslocamento

⁽²⁵⁾ Figura 5.

do «Heartland» para Oeste, condição de partida para colocar a Nova Alemanha em paralelo geopolítico com a URSS.

Segundo HAUSHOFFER a União Soviética ver-se-ia, desta forma, forçada a um entendimento sobre o destino da Eurásia, o que evitaria o confronto entre a Alemanha e aquela potência.

HAUSHOFFER foi fuzilado, Hitler invadiu a Rússia e a Alemanha foi derrotada.

Ainda no período em que à experiência da I Grande Guerra se junta a vivência da evolução política, social e tecnológica, das duas décadas que a separam da II Grande Guerra surgem os teorizadores do «Poder Aéreo»⁽²⁶⁾.

Com exceção de SVERSKY, SLESSOR e RENNER, estes autores apresentam-se mais como estrategistas da Arma Aérea do que como geopolíticos ou geoestrategistas.

Dentre eles referirei apenas SVERSKY, por ser o mais significativo.

Este autor, que foi piloto de caça da I Grande Guerra, na Rússia (seu país natal), refugia-se nos EUA na sequência da revolução de Outubro, estabelecendo-se, como engenheiro, na indústria aeronáutica.

Na sua vasta obra como publicista, cuja parte fundamental surge a partir de 1942, debruça-se sobre o emprego da Arma Aérea, retirando interessantes conclusões acerca do seu emprego e do seu significado futuro.

Em síntese, refere-se:

- O «Bloqueio da Nação Inimiga» como função do «Poder Aéreo.
- A insuficiência do «Domínio do Ar», uma vez que para o «Poder Aéreo» triunfar se tornava imprescindível que fosse alcançado um suficiente «grau de superioridade aérea».
- A destruição da capacidade ofensiva da aviação estratégica inimiga, como premissa da defesa contra o bombardeamento estratégico (em contraposição à defesa do espaço aéreo atacado).

Raciocínio este que o leva à conclusão de que uma futura guerra mundial teria, em sentido alargado, semelhanças com a Grande Guerra de 1914-1918 — uma guerra de posições conduzida a partir de «cidades-fortaleza».

⁽²⁶⁾ Figura 3.

- O «Poder Aéreo» baseado numa aviação estratégica (dotada de bombardeiros de longo alcance, capazes de realizar bombardeamentos de precisão), como futura unidade de medida do Poder de um país. Daqui a importância que atribuía ao desenvolvimento prioritário da indústria aeronáutica.

Em termos geoestratégicos, referindo-se ao seu país adoptivo, sublinha que este apresentava uma particular apetência para triunfar pelo domínio do ar, tal como a Inglaterra, como pelas suas condições raciais, geográficas e históricas triunfara pelo domínio do mar.

Alerta então para a possibilidade da América do Norte poder, no futuro, vir a ser atacada não só através do Atlântico e do Pacífico como também através do Ártico — e esta é uma das fundamentais conclusões da sua obra.

É, pois, nesta base, que perspectiva o confronto Este-Oeste: o Novo e o Velho Mundo, enfrentando-se, não através dos oceanos Atlântico e Pacífico, mas sim através da Região Polar Ártica.

No desenvolvimento do seu modelo admite a existência de dois «Heartland» — o «soviético» na Eurásia, e o «US Industrial Heart» no Continente Norte Americano —, o que o conduz à conclusão de uma «área de decisão», correspondente à «área de sobreposição» de um círculo e de um elipsóide, centrados em cada um dos «Heartland» e com as dimensões equivalentes ao raio de acção dos bombardeiros de então. Para além desta área, onde seria travada a batalha pela supremacia aérea, as remanescentes corresponderiam a regiões de hegemonia americana e soviética⁽²⁷⁾.

Ao manifestar-se como partidário das acções conduzidas a partir das bases metropolitanas relega para um segundo plano as bases avançadas, cuja utilidade admite, no entanto, para a obtenção da surpresa no desencadeamento do ataque inicial, com a condição da sua «posição» garantir o risco da batalha aérea definitiva.

Em conclusão, ao considerar o Mundo dividido em duas «zonas de influência e a vitória de uma das duas potências hegemónicas alcançável pela Batalha Aérea, exterioriza uma posição, cujo extremismo concorreu, significativamente, para o ambiente de confronto num sistema bipolar.

⁽²⁷⁾ Figura 6.

Como fecho da teorização geoestratégica, desenvolvida até à década de 50, julgo importante fazer ainda referência a NICOLAS SPYKMAN, professor de Direito Internacional da Universidade de Yale, cujo trabalho, em valor global, constitui talvez o maior contributo para o equacionamento do significado da expressão marítima do poder⁽²⁸⁾.

Em 1942, já com os EUA em guerra, publica importantes obras⁽²⁹⁾ em que desenvolve uma interpretação geopolítica do tema fundamental da política externa norte-americana: a opção entre o isolamento e o intervencionismo, naquele momento, sobre o «como», «onde» e «até quando» deveriam os EUA intervir.

Subordinando os meios aos fins, conceitua o Estado como um Ser Único ao qual todos seriam devedores de esforço, sacrifício e sangue, sem exigência de qualquer retribuição em troca.

Na sua acepção, o «Poder» é tematizado em termos de sobrevivência num universo de hostilidade violenta, consistindo, portanto, na aptidão para «impor aos demais a vontade própria». Daqui resulta um conceito de «equilíbrio do poder», não como processo de evitar ou tornar difícil a Guerra, mas sim como «a neutralização dos demais estados que faculte a liberdade para ser a força e a voz que decide». Coerentemente, considera que os objectivos externos só poderão ser alcançados se, no plano interno e externo, a justiça, a equidade e a tolerância não interferirem com a formação e expressão do poder.

Com estes pressupostos, discursa sobre a «ameaça» que define como «qualquer outra hegemonia com acesso ao mar, próxima ou remota, que se tenha tornado demasiadamente poderosa», o que implicitamente correspondia à consideração do acesso ao mar como condição de possibilidade da ameaça.

Desde já se sublinha, portanto, o extremismo das suas posições, em correspondência com a «Geopolitick» alemã, atitude que de alguma forma espelha uma percepção da realidade estratégica que virá a influenciar a dinâmica do pós-guerra.

É sobre as hipóteses formuladas de «equilíbrio do poder» e de «ameaça» que SPYKMAN constrói o seu modelo de interpretação geopolítica.

⁽²⁸⁾ Figura 3.

⁽²⁹⁾ A Estratégia da América na Política Mundial: Os EU e o Equilíbrio do Poder (1942). A Geografia da Paz (1944).

Do ponto de vista geográfico, considera o Mundo dividido em cinco grandes ilhas: a Austrália, a África e a América do Sul, no Hemisfério Austral, e a América do Norte e a Eurásia, no Hemisfério Boreal. Deduz então que, em função da extensão, da humanização e do clima, a metade Norte do Mundo (onde as ilhas podem ser consideradas, do ponto de vista de circulação, como Penínsulas) é a que maior importância apresenta dos pontos de vista económico, político e militar.

Nesta conformidade, justifica a posição privilegiada dos EUA:

- Situa-se no Hemisfério Norte.
- Tem as dimensões de um continente.
- Estão voltados para dois oceanos.
- Situa-se entre a Europa Ocidental e a Ásia Oriental, zonas correspondentes às maiores aglomerações populacionais do Mundo e de maior impulso económico, político e militar.

A sua interpretação acerca do significado da distribuição das terras e dos mares transparece nas projecções que utiliza:

- Numa projecção polar observa que as «penínsulas» norte-americana e euroasiática se olham através dos oceanos Atlântico, Pacífico e Árctico, definindo as linhas fundamentais da política mundial.
- Numa projecção Mercator conclui que o Velho e Novo Mundo se envolvem mutuamente com dois oceanos comuns entrepostos — o Atlântico e o Pacífico.

Neste quadro considera que o Velho Mundo será o campo de batalha onde, no futuro, se travará a luta pelo poder mundial, sublinhando que os EUA, detentores mais prováveis de um «poder não compensado», estariam nas melhores condições para aí desempenhar um papel decisivo.

No seu modelo de interpretação geoestratégica inclui, para além do Novo Mundo, quatro outras regiões:

- O «Heartland», cujos limites se não afastam, na generalidade, da Área *Pivot* de MACKINDER.
- O «Rimland», correspondente à área de amortecimento circundante, integrando, assim, a Europa Marítima, o Médio Oriente, a Índia, o Sudeste Asiático e o Extremo Oriente (sensivelmente, o «crescente interior» de MACKINDER).

- Os «Off Shore Continents and Islands», conjunto formado pela África, Madagáscar, Austrália, Nova Zelândia e Japão (ou seja o «crescente exterior» de MACKINDER, se neste exceptuarmos o Novo Mundo).
- O «Ocean Belt», unidade oceânica envolvente das terras emersas (o «Grande Oceano» de MACKINDER, se a este associarmos o Atlântico Norte).

É interessante a verificação de que dois modelos de análise, assentes sobre uma muito semelhante interpretação da realidade geográfica⁽³⁰⁾, conduzem, em MACKINDER e SPYKMAN a conclusões aparentemente diversas.

O primeiro teoriza as condições de possibilidade da expressão terrestre do poder, subordinando o domínio do Mundo ao controlo da Europa Oriental, pese embora a chamada de atenção para a importância das terras que drenam para o «Grande Oceano» e a importante função a desempenhar pelas que constituem a bacia do Atlântico Norte.

O segundo teoriza as condições de possibilidade da expressão marítima do poder, subordinando o domínio do Mundo à prévia conquista do Rimland (que inclui a Europa Marítima), pelo «Heartland».

No entanto, MACKINDER e SPYKMAN expressam uma mesma intenção:

- Chamar a atenção do Mundo Marítimo para a necessidade de acordar e reforçar a sua natural aptidão para manobrar por linhas exteriores, através dos vastos espaços oceânicos:
- O primeiro, pela negativa, alertando para o perigo da particular apetência do Heartland para a periferia da Eurásia;
- O segundo, pela afirmativa, apontando para a superior capacidade do Mundo Marítimo para controlar o «Rimland» no esforço de contenção do «Heartland».

Julga-se assim que, no fundamental, as interpretações de MACKINDER e de SPYKMAN se conjugam naquilo que constitui hoje em dia uma

⁽³⁰⁾ Figura 7.

realidade — um espaço único de circulação, onde se manifestam expressões integradas dos poderes terrestre, marítimo e aéreo.

Esta curta abordagem ao desenvolvimento do pensamento geopolítico e geoestratégico deixa antever o seu sucessivo contributo para o desenvolvimento do Poder Nacional, para a dinâmica do comportamento dos estados e para a compreensão da sua postura, no confronto em que se materializa a oposição das suas vontades.

Surgindo, assim, como possível elemento de justificação e de persuasão no desenvolvimento de atitudes e comportamentos imperialistas e hegemónicos, é compreensível a reserva, desconfiança, repúdio até, com que um tal tipo de teorização foi encarado no pós-guerra.

Ultrapassado, porém, o espaço de tempo necessário ao apagamento de «tabus», torna-se importante repensar o real sentido da utilidade da análise geopolítica e geoestratégica.

Julga-se, assim, que a noção de «continuidade do espaço» (resultante do desenvolvimento da actividade humana num gigantesco e fechado sistema de relações), ao conter implícita uma modificação do «sentido do espaço», veio dar ênfase ao significado dos estudos de natureza geopolítica e geoestratégica.

Uma tal posição é justificável, entre outras, por duas ordens de razões:

— O sentido eminentemente dinâmico de que actualmente se reveste o conhecimento geográfico.

Pesem embora as alterações, por vezes significativas, verificáveis na interpretação dos factores de análise, o dinamismo geográfico proporciona um correcto sentido para a geopolítica e para a geoestratégia, consideradas como atitudes de análise de sistemas que projectam o conhecimento geográfico no estudo político e estratégico de «situações», aqui consideradas como contendo implícito um significado de «movimento».

— O realce que assume a «circulação», limitada por enquanto a um espaço finito, no específico ambiente em que se desenvolve a sociedade tecnológica (dominada pela consciência da «escassez» e pela «incerteza nuclear»).

A Geografia ao estudar a dinâmica desse espaço finito, portanto

a Terra e as inter-relações Homem-Ambiente, no sentido de proporcionar um conhecimento científico do *Habitat* e das suas tendências, assume um carácter de imprescindibilidade tanto para o político como para o estrategista, ambos inseridos num mesmo ambiente sistémico que os obriga a decidir em unísono.

É neste sentido que se entende que a actual dinâmica ambiental, ao traduzir-se por um sentido de «continuidade do espaço», onde a diversidade ressalta com acutilante instantaneidade, reforça a necessidade de atitudes de análise de sistemas que interpretem a realidade política e estratégica do «espaço» numa base geográfica. Por isso se entende que os modelos de interpretação da realidade, utilizados numa tal perspectiva de análise, ao projectarem o dinamismo geográfico na concepção e execução da Política e da Estratégia, proporcionam um válido contributo para o desenvolvimento do conteúdo científico destas áreas do conhecimento.

Uma tal atitude poderá então corresponder, em função da escala em que é desenvolvida, aos actuais e cada vez menos destrincháveis conceitos de Geopolítica e de Geoestratégia, mais voltados hoje para a procura de soluções racionalizadas, conducentes ao equilíbrio e à «Paz Nuclear».

Instituto da Defesa Nacional, 22 de Dezembro de 1982.

João Carlos de Azevedo de Araújo Geraides
Coronel

O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO — EVOLUÇÃO HISTÓRICA

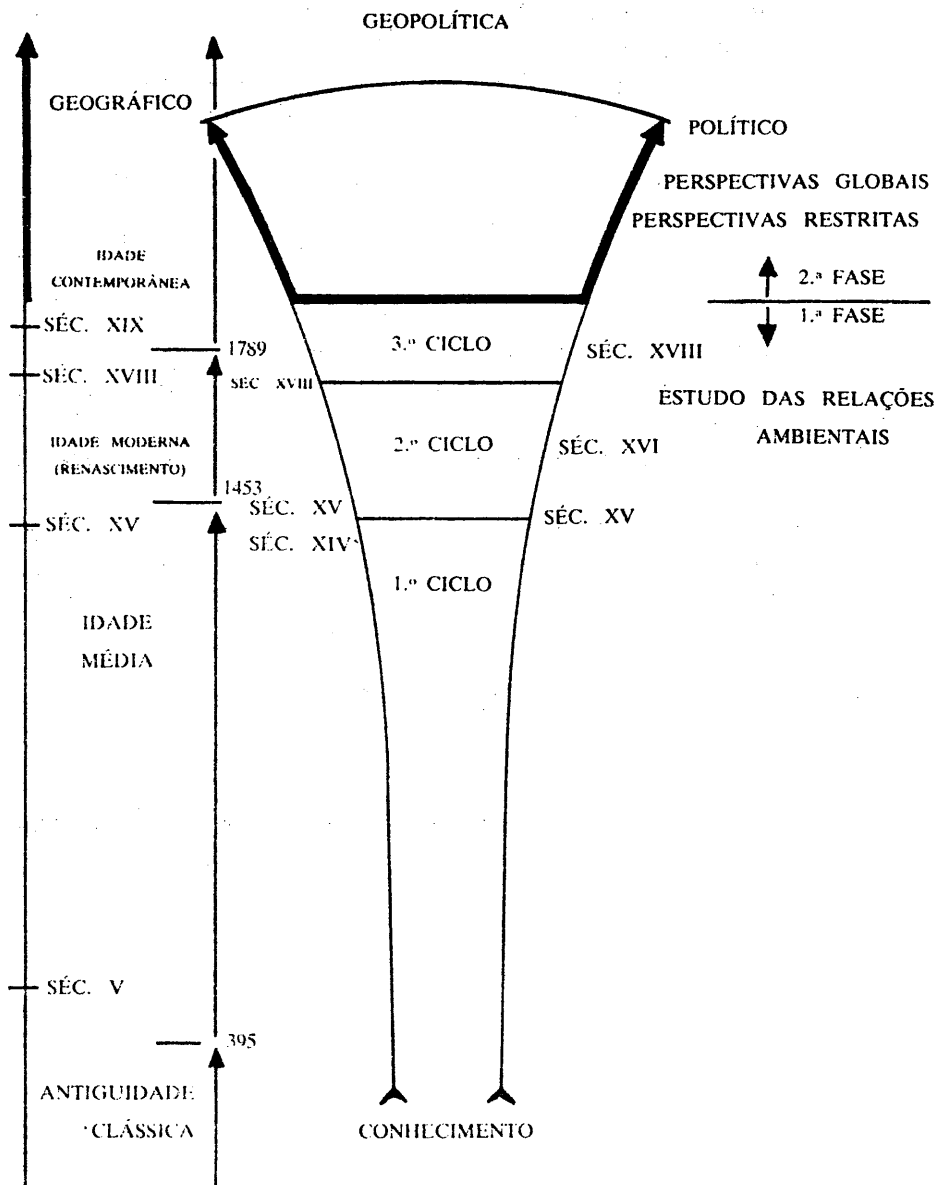


FIGURA 1

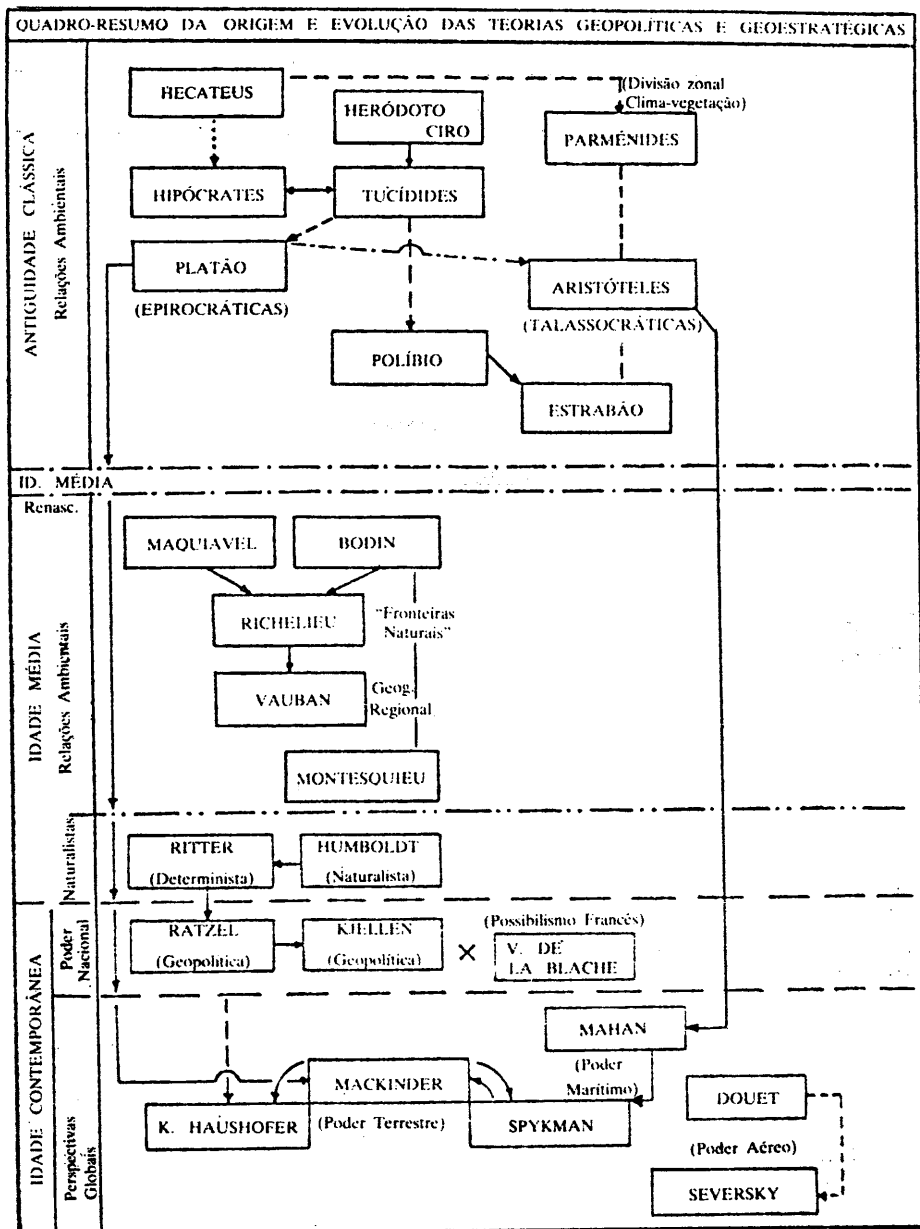


FIGURA 2

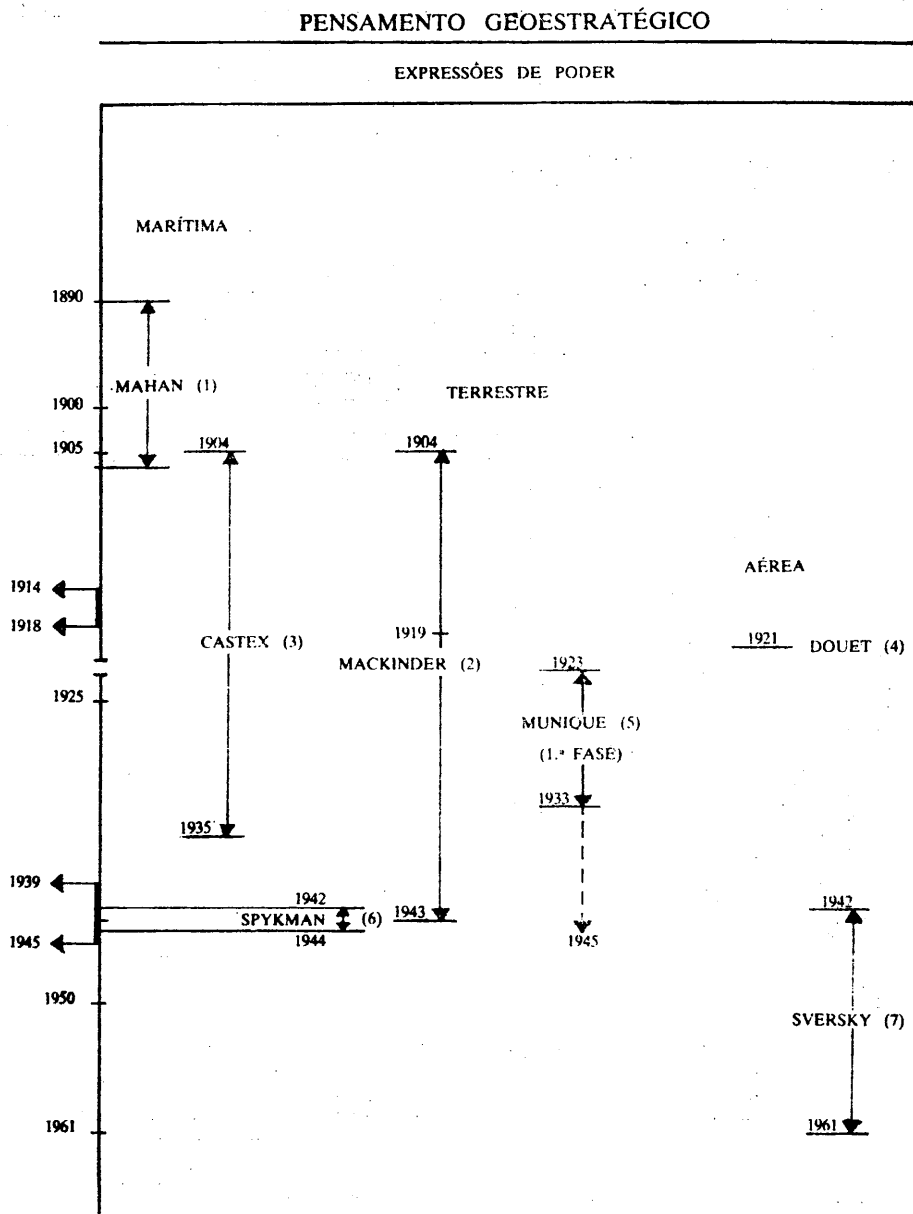
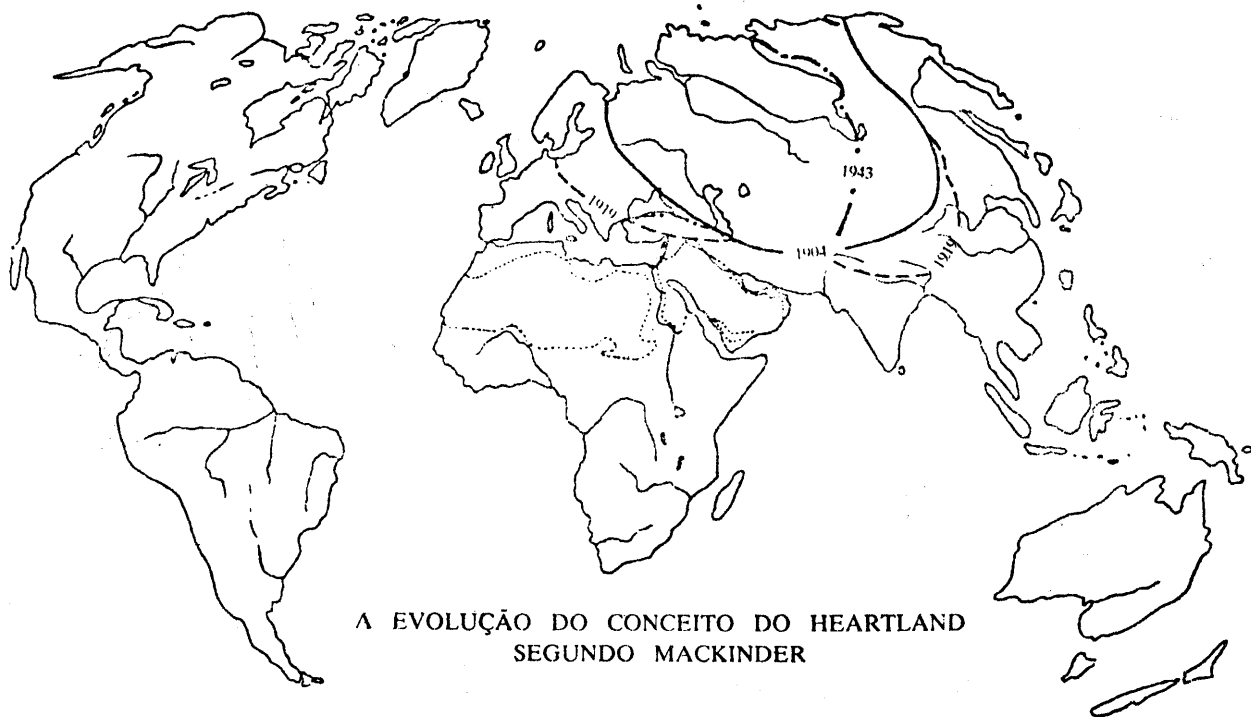
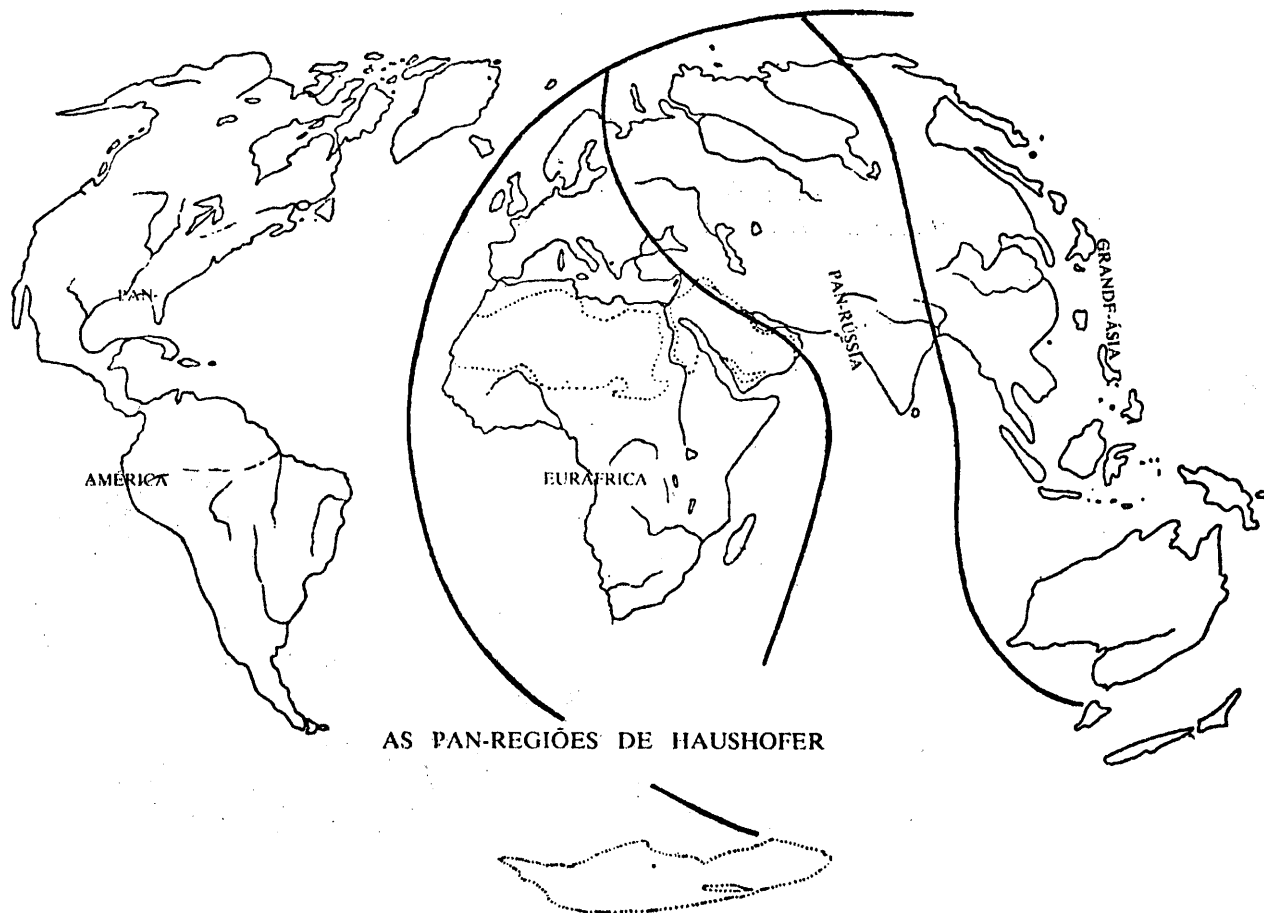


FIGURA 3



A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DO HEARTLAND
SEGUNDO MACKINDER

FIGURA 4



AS PAN-REGIÕES DE HAUSHOFER

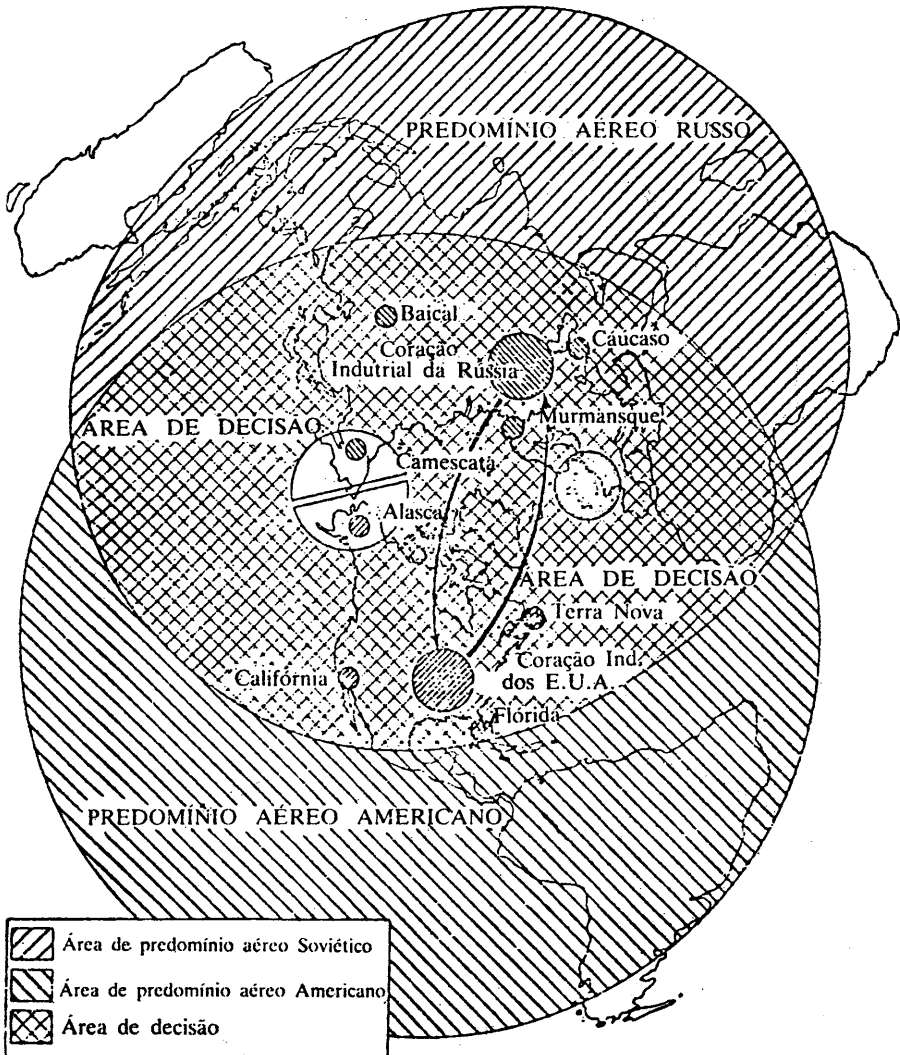
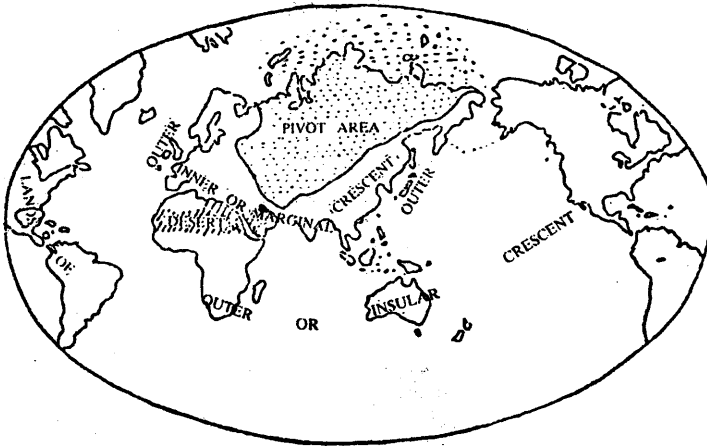


FIGURA 6

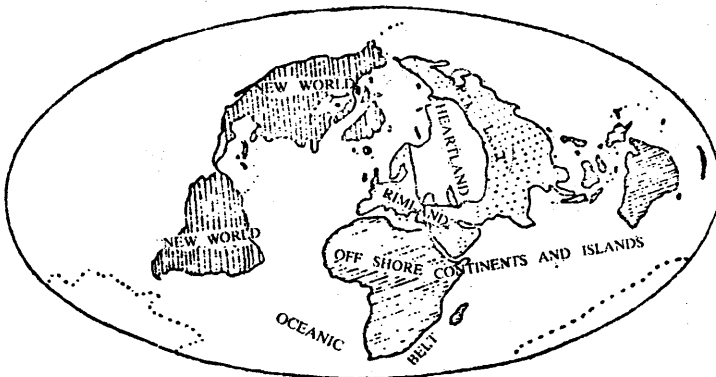
TEORIA DE MAC KINDER



"DEMOCRATIC IDEALS AND REALITY"

BY HALFORD J. MACKINDER

TEORIA DE SPYKMAN



GEOGRAPHY AND POLITICS

IN A DIVIDED WORLD"

BY SAUL B. COHEN

FIGURA 7